

A posição do falante em relação ao valor facultativo instaurado no português

*The speaker's position about the facultative value
instituted in Portuguese*

Liliane Viana LIMA

Universidade Federal do Ceará
liliane.lima@prof.ce.gov.br



Nadja Paulino Pessoa PRATA

Universidade Federal do Ceará
nadja.prata@ufc.br



Resumo: Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), a modalidade facultativa é uma categoria semântica que diz respeito a habilidades e capacidades de um indivíduo (quando orientada-para-o-participante) ou a condições físicas e circunstanciais de ocorrência de um evento (quando orientada-para-o-evento). Tendo em vista que a categoria ainda carece de estudos em língua portuguesa, objetivamos com esta pesquisa descrever e analisar aspectos da modalidade facultativa que mantenham relação com os parâmetros de (não) inclusão do falante no português, tendo em vista os níveis Interpessoal e Representacional e Morfossintático da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). Nesta análise, utilizamos um projeto do corpus PROFALA intitulado “O Português Falado no Ceará”, do qual selecionamos uma amostra de 60 entrevistas com base nas categorias a) sexo; b) escolaridade; c) faixa etária. Após a leitura das entrevistas e a análise quali-quantitativa dos dados, com o auxílio do software SPSS, constatamos uma maior frequência para um posicionamento inclusivo (57,5%) frente a um posicionamento não-inclusivo (42,5%) dos 167 casos de modalidade facultativa. A análise qualitativa mostrou-nos também a existência de um continuum de uso entre esses posicionamentos. Desse modo, estabelecemos os parâmetros morfossintáticos para cada caso: [+ inclusivo], [± inclusivo] e [- inclusivo]. Por fim, acreditamos que a análise e descrição da modalidade facultativa será relevante para a ampliação das discussões de sua categorização em língua portuguesa.

Palavras-chave: modalidade facultativa; português falado; Gramática Discursivo-Funcional

Abstract: According to Hengeveld and Mackenzie (2008), facultative modality is a semantic category that concerns an individual's abilities and capabilities (when participant-oriented) or the physical and circumstantial conditions of occurrence of an event (when event-oriented). Bearing in mind that the category still lacks studies in the Portuguese language, the objective of this research is to describe and analyze aspects of the facultative modality that are related to the parameters of (non) inclusion of the speaker in Portuguese, considering the Interpersonal and Representational levels and FDG morphosyntactic (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). In this analysis, we used a project from the PROFALA corpus entitled "Portuguese Spoken in Ceará", from which we selected a sample of 60 interviews based on the categories a) gender; b) schooling; c) age group. After reading the interviews and the qualitative and quantitative analysis of the data, with the help of SPSS software, we found a greater frequency for an inclusive position (57.5%) compared to a non-inclusive position (42.5%) of the 167 facultative cases. Qualitative analysis also showed us the existence of a continuum of use between these positions. Thus, we establish the morphosyntactic parameters for each case: [+ inclusive], [\pm inclusive], and [- inclusive]. Finally, we believe that the analysis and description of the facultative modality will be relevant for expanding the discussions of its categorization in Portuguese.

Keywords: facultative modality, Portuguese spoken; Functional Discourse Grammar.

1 INTRODUÇÃO

Embora a modalidade seja um campo de estudos analisado sob diversas nuances desde a Antiguidade Clássica, até hoje encontramos divergências relativas à sua tipologia e expressões utilizadas. Consequentemente, diferentes concepções acerca dos seus limites e das unidades linguísticas que podem ser utilizadas para expressar uma determinada categoria modal são postas em discussão.

Palmer (2001), por exemplo, considera que a modalidade é representada tanto com os modos verbais quanto com os marcadores modais. Conforme o autor, as categorias modais dizem respeito, por um lado, às modalidades epistêmica e evidencial, em que há o “(...) comprometimento do falante com o enunciado linguístico (...)” (PALMER, 2001, p. 24). Dessa forma, com a modalidade epistêmica, os falantes fazem julgamentos sobre o *status* factual da proposição, ao passo que, com a modalidade evidencial, as evidências que têm para dada proposição são indicadas pelo falante. Por outro lado, nas modalidades deôntica e dinâmica, há a referência a “(...) eventos que não ocorreram, mas são meramente potenciais e podem, portanto, ser escritos como modalidade de evento (...)” (PALMER, 2001, p. 70), podendo corresponder a determinadas condições de realização deste evento. Partindo desse ponto de vista, enquanto em uma categoria modal os fatores condicionantes são externos ao participante (o que lhe é permitido, ordenado), em outra esses fatores são internos ao indivíduo (do que ele é capaz, o que ele deseja para agir).

Em outros estudos, como no da perspectiva tipológica proposta pela Gramática Discursivo-Funcional (GDF) (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), a modalidade está no nível das representações semânticas, que surge com o intuito de imprimir no enunciado marcas da intenção do falante e em que há a subdivisão da categoria em dois parâmetros principais: o *alvo* e o *domínio*. O primeiro parâmetro, o alvo, corresponde à parte modalizada do enunciado, podendo apresentar-se sob três perspectivas: orientada-para-a-proposição, orientada-para-o-evento e orientada-para-o-participante. O segundo parâmetro, o do domínio, corresponde à avaliação semântica feita no enunciado modalizado, quais sejam: epistêmica, deôntica, volitiva e facultativa, sendo esta última o foco de nossa pesquisa.

Para a GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), o que Palmer (2001) intitula como *modalidade dinâmica* é prioritariamente ¹ considerada *modalidade facultativa* e diz respeito a capacidades e habilidades intrínsecas ou adquiridas, podendo haver a distinção marcada

¹ Segundo Palmer (2001), a noção desiderativa estava também relacionada à modalidade dinâmica. Na GDF, a noção de desejo está relacionada a outra categoria, a modalidade volitiva.

linguisticamente entre ambos os tipos de capacidades/ habilidades. Consoante a GDF, a modalidade facultativa pode ter dois alvos:

- a) Orientada-para-o-evento, que “caracteriza os estados-de-coisas em termos de condições físicas ou circunstanciais que permitem sua ocorrência” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 176);
- b) Orientada-para-o-participante, que “descreve a capacidade de um participante de se engajar no tipo de estado de coisas designado pelo predicado”, cuja distinção, em algumas línguas, pode ser feita entre habilidade intrínseca ('ser capaz de') e adquirida ('saber como')”, como explicam Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 212).

Embora atualmente ainda existam estudos que considerem a modalidade dinâmica, como os de Zielínski e Elorza (2018) e Lanchares (2021), análises de base funcionalista tendem a seguir a tipologia modal proposta pela GDF (2008), como Souza (2019), Lima e Prata (2019) e Oliveira (2020), em razão de analisar a língua em uso efetivo e ter uma tipologia modal baseada em escopo de atuação. Entretanto, os estudos acerca da modalidade facultativa ainda não são consensuais dada a própria natureza complexa da categoria e a existência de termos polissêmicos. Tomemos o verbo “poder”, por exemplo, que expressa tanto a modalidade relacionada a habilidades e capacidades quanto às demais modalidades, como constatamos pelos exemplos de Palmer (2001, p. 9):

(1) John pode entrar agora (permissão)²

(2) John pode falar francês (habilidade)³

Nesses exemplos, vemos a polissemia existente no verbo *poder*: ora usado como modal deôntico, com o valor de “permissão”, como em (1), ora usado como modal dinâmico (ou facultativo nos termos da GDF), como em (2), que se relacionada à habilidade de John para falar francês.

Com base na polissemia analítica acerca da categoria modal que reflete habilidades e capacidades e a pouca difusão de estudos específicos sobre o tema, sobretudo em língua portuguesa, objetivamos descrever e analisar a modalidade facultativa no português, atentando especificamente para a “posição do falante em relação ao valor modal facultativo instaurado” e suas características pragmáticas que possam condicionar a semântica e a morfossintaxe para a manifestação da modalidade facultativa. Nosso principal suporte teórico-metodológico será a GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008) por essa teoria se mostrar uma ferramenta de descrição

² Tradução nossa a partir do original: *John can/may come in now (permission)*.

³ Tradução nossa a partir do original: *John can speak French (ability)*.

adequada, uma vez que reconhece distinções modais relacionadas ao escopo de atuação desses elementos, permitindo uma tipologia altamente organizada. Além disso, a arquitetura da gramática permite a integração entre aspectos pragmáticos, semânticos e morfossintáticos, cuja organização se assemelha a do processamento da linguagem no indivíduo (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 1-2). Ao adotarmos o funcionalismo linguístico, mais especificamente o modelo holandês, concebemos que o discurso (língua em uso) vai sendo construído a partir da intenção do falante até sua articulação. Assim, concebemos uma interação descendente⁴ da pragmática para a semântica, em que ambas exercem influência sobre a morfossintaxe, e sobre a fonologia.

Ao analisar aspectos pragmáticos, semânticos e morfossintáticos da modalidade facultativa no português, trabalhamos com um *corpus* representativo como o *corpus* PROFALA, organizado pela Universidade Federal do Ceará. Tal escolha se deve, em parte, ao fato de que ele é composto por entrevistas do tipo “Diálogo entre Informante e Documentador” (DID), o que nos permitiu observar as expressões linguísticas utilizadas pelo falante durante a construção do discurso facultativamente modalizado. Por se tratar de entrevistas orais transcritas, o *corpus* mostrou-se relevante para analisar a categoria sob a perspectiva funcional, haja vista que buscamos analisar e descrever a língua em uso.

Do ponto de vista textual-discursivo, este artigo foi organizado da seguinte maneira: (i) a explanação de aspectos gerais de nossa base teórica principal, a GDF; (ii) metodologia da pesquisa; (iii) a descrição e a análise dos dados; e (iv) conclusões finais. Passemos ao detalhamento de cada um destes itens nas seções a seguir.

2 A GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL EM PERSPECTIVA

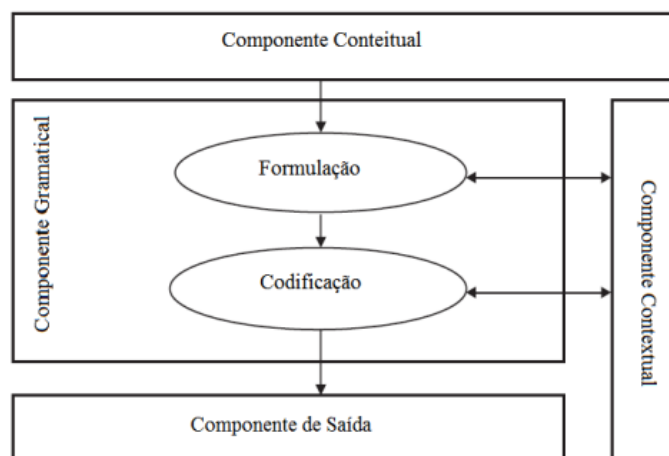
A GDF é uma teoria de base funcional que visa refletir as evidências psicolinguísticas em sua arquitetura básica (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 02), seguindo, portanto, a perspectiva descendente de produção do discurso. Sua arquitetura básica é composta por quatro componentes, sendo três não linguísticos (Componente Conceitual, Componente Contextual e Componente de Saída) e um linguístico (Componente Gramatical). O Componente Gramatical é foco da arquitetura geral da GDF, pois nele ocorrem as operações de formulação e de codificação de uma expressão linguística.

⁴ O percurso analítico da GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008) segue a perspectiva descendente, também chamada *top down*.

O Componente Gramatical recebe informações do Componente Conceitual (responsável por todos os aspectos cognitivos da intenção do falante) e do Componente Contextual (responsável por inserir no Componente Gramatical informações contextuais relevantes para o prosseguimento da comunicação verbal) e, por fim, estas informações são enviadas ao Componente de Saída, que articula o enunciado e permite a interação linguística.

No Componente Gramatical, há duas grandes operações atuantes que influenciam todos os níveis: (i) a de Formulação, relacionada à pragmática e à semântica, e (ii) a de Codificação, relacionada à morfossintaxe e à fonologia. Podemos verificar como se dá a interação entre os componentes e as operações na Figura 1:

Figura 1 – Modelo da arquitetura da GDF (2008)



Fonte: HENGVELD; MACKENZIE (2008, p. 6. Tradução nossa).

Os níveis relacionados à Formulação no Componente Gramatical são dois: i) o Nível Interpessoal (NI), responsável por lidar com os aspectos formais de uma unidade linguística que se refletem no desempenho na interação entre Falante (F) e Ouvinte (O) (HENGVELD; MACKENZIE, 2008, p. 46); ii) o Nível Representacional (NR), responsável por lidar com os aspectos semânticos de uma unidade linguística (HENGVELD; MACKENZIE, 2008, p. 129). Os níveis relacionados à Codificação também são dois: iii) o Nível Morfossintático (NM), responsável por receber as informações dos níveis Interpessoal e Representacional e fundi-las em uma única representação, que por sua vez será convertida na construção fonológica do nível seguinte (HENGVELD; MACKENZIE, 2008, p. 282); iv) o Nível Fonológico (NF), que age em parceria com o Nível Morfossintático na codificação, contendo representações em fonemas que são, em última análise, baseados em oposições fonológicas binárias (HENGVELD;

MACKENZIE, 2008, p. 422)⁵. Esses quatro níveis são hierarquicamente organizados de modo que os mais altos fornecem *input* para os níveis inferiores.

No Nível Interpessoal, a primeira camada é o Move, que também é a maior unidade de interação da análise gramatical (HENGEVELD; MACKENZIE, p. 50). Em seguida, há uma série de estratificações: Move > Ato Discursivo > Ilocução > Participantes (falante e ouvinte) e Conteúdo Comunicado⁶. A Ilocução captura as propriedades lexicais e formais do Ato Discursivo (unidade central de análise da GDF).

A partir das informações organizadas do ponto de vista interpessoal, a Formulação da expressão linguística chega ao Nível Representacional, em que há a descrição das unidades linguísticas em termos de categorias semânticas representadas por estas unidades. Suas camadas de organização também seguem uma organização hierárquica: Conteúdo Proposicional > Episódios > Estado-de-coisas > Propriedades. É neste nível que a marca da intenção do falante se manifesta semanticamente no enunciado, ou seja, a modalidade, organizada sob dois aspectos como vimos: a) o alvo, que define a orientação do enunciado modalizado, podendo ser subdividido em três orientações principais a depender do escopo de atuação modal; e b) o domínio, que corresponde à avaliação semântica realizada. Quanto a este aspecto, temos o seguinte: i) epistêmica, referente ao comprometimento do falante sobre um determinado EC; ii) deôntica, responsável por ordens e permissões; iii) volitiva, a qual marca vontades e a noção de algo (in)desejável; iv) *facultativa*, indicadora de capacidades e habilidades, foco deste trabalho.

No caso da modalidade facultativa, podemos distinguir uma caracterização específica quanto ao alvo: (i) quando *orientada-para-o-evento*, diz respeito às condições físicas ou circunstanciais de realização de um determinado EC (ex.: *Pode demorar até três horas para chegar lá*⁷) em que não há a descrição de nenhuma habilidade referente a qualquer indivíduo, mas sim a descrição das condições físicas (no caso, o tempo transcorrido) para a realização deste EC; (ii) quando *orientada-para-o-participante*, diz respeito a habilidades e capacidades intrínsecas ao indivíduo (*ser capaz de algo*) ou adquiridas no decorrer de sua vida (*saber fazer algo*; *conseguir fazer algo*), noções distintas gramaticalmente em

⁵ Esta pesquisa não trabalha com o Nível Fonológico. Nossas ações estão concentradas nos Níveis Interpessoal e Representacional e sua codificação no NM. Incluímos alguns aspectos do Nível Morfossintático na medida de sua relevância para a compreensão da posição do falante mediante o valor facultativo instaurado no português.

⁶ O Conteúdo Comunicado pode ser formado por Subatos de Atribuição e/ou Referência.

⁷ Cf. Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 176).

línguas, como o espanhol (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 212) e em português também.

A partir destas informações gerais sobre a GDF e sobre a modalidade facultativa, estabelecemos a metodologia da investigação.

3 METODOLOGIA: CORPUS, PROCEDIMENTOS E CATEGORIAS DE ANÁLISE

Tomando como ponto de partida o modelo *top-down* da GDF, nossa pesquisa focou nos níveis Interpessoal, Representacional e Morfossintático do Componente Gramatical para a descrição e a análise da posição do falante em relação ao valor facultativo instaurado no português.

Do ponto de vista metodológico, tratamos da constituição do corpus e dos procedimentos de análise, com o estabelecimento das categorias de cada nível.

3.1 Corpus PROFALA

O *corpus* PROFALA (Projeto Variação e Processamento da Fala e do Discurso: Análises e Aplicações), mais especificamente o projeto “O Português Falado no Ceará⁸, está composto por 190 entrevistas do tipo DID, transcritas e estratificadas nas seguintes categorias:

- a) Sexo (masculino e feminino);
- b) Faixa Etária (FI – 15 a 25 anos; FII – 26 a 49 anos; FIII – 50 anos ou mais);
- c) Escolaridade (analfabeto – E0; 01 a 04 anos de escolaridade – E1; 05 a 08 anos de escolaridade – E2; 09 a 11 anos de escolaridade – E3; mais de 11 anos de escolaridade – E4);
- d) Local de coleta do *corpus* (Zona rural; Zona Urbana).

Tendo em vista as dimensões deste banco de dados, selecionamos um recorte de 60 entrevistas com base em Carvalho (2007), igualmente distribuídas entre os sexos masculino e feminino, as três faixas etárias (FI, FII e FIII) e os cinco níveis de escolaridade (E0, E1, E2, E3 e E4), conforme explica Lima (2018, p. 66)⁹.

A escolha por este tipo de *corpus* deve-se a sua composição dialogal e, sobretudo, por ser um diálogo efetivamente realizado, o que entra em consonância com nossa linha de pesquisa.

⁸ O corpus completo pode ser acessado em: www.profala.ufc.br. O projeto foi desenvolvido pelo Programa da Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (UFC) em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Teleinformática da UFC. Recentemente este projeto foi renomeado “Estudos da Língua Oral do Cariri”.

⁹ Não levamos em consideração a categoria “local de coleta do corpus” para a escolha da amostra.

3.2 Procedimentos metodológicos

Considerando que a análise é quali-quantitativa, estabelecemos os seguintes procedimentos:

- a) Leitura das entrevistas para a identificação dos modalizadores facultativos em português, a saber: a) os verbos *poder*, *conseguir*, *saber*; b) os substantivos *capacidade* e *condição*, c) o adjetivo *capaz*; d) os sintagmas *ter condições de*, *em condições de* e *ter capacidade de*;
- b) Análise das ocorrências encontradas com base nas categorias relativas a cada nível;
- c) Tratamento quantitativo das ocorrências com o *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) para apoio nos cálculos estatísticos¹⁰;
- d) Interpretação dos resultados quantitativos à luz dos princípios teóricos funcionalistas, mais especificamente os da GDF.

Seguindo a perspectiva analítica da GDF, estabelecemos as seguintes categorias para os níveis Interpessoal (NI), Representacional (NR) e Morfossintático (NM):

- a) Categoria relativa ao NI: a) Posição do falante (entrevistado/a) em relação ao valor modal facultativo instaurado (inclusão ou não-inclusão do falante);
- b) Categorias relativas ao NR: a) Alvo da modalidade facultativa (*orientada-para-o-participante* ou *orientada-para-o-evento*); b) Subtipos de modalidade facultativa orientada-para-o-participante (habilidades intrínsecas ou habilidades adquiridas); c) Subtipo de modalidade facultativa orientada-para-o-evento (*condição física* ou *condição circunstancial*);
- c) Categoria relativa ao NM: Meios de expressão da (não) inclusão do falante no valor modal facultativo (sintagmas nominais, pronomes, flexão número-pessoal do verbo modal).

Entendemos que tais categorias podem auxiliar na explicação sobre a posição do falante em relação aos valores modais instaurados, como uma decisão pragmático-discursiva, ou seja, do NI, que reverbera nos NR e NM do Componente Gramatical, como detalharemos na próxima seção.

¹⁰ A significância estatística é considerada a probabilidade de um resultado esperado ocorrer, se a hipótese nula fosse verdadeira. De acordo com Teixeira (2018, p. 238), "(...) quanto maior for a amostra maior a possibilidade de o valor de *p* ser um valor mais baixo, logo mais significativo (...)". Sendo esta uma pesquisa que lidou com um grande volume de dados, fez-se necessária a verificação de possibilidade estatística de se encontrar aspectos relevantes na categoria modalidade facultativa no português falado no Ceará.

4 RESULTADOS: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Partindo do pressuposto de que a GDF analisa o Ato Discursivo expresso linguisticamente em uma perspectiva *top down*, nossa descrição da modalidade facultativa no português também seguirá a perspectiva descendente.

Sobre as categorias relativas ao NR e NM, há um mapeamento geral em Lima (2018) e Lima e Prata (2019). Esta pesquisa não contemplou o subtipo de modalidade facultativa orientada-para-o-evento “condição física” por considerar que a posição do falante esteja relacionada ao participante ou a alguma circunstância (evento) identificada no EC. Dessa forma, dos 167 casos encontrados no total, 163 estão relacionados à MFOP e os 4 restantes que estão relacionados à MFOE são do subtipo *condição circunstancial* conforme Lima e Prata (2019).

Com base nos dados do *corpus*, elaboramos a Tabela 1, em que há o cruzamento de dados entre as categorias *Posição do Falante* (categoria do NI) e *Alvo da Modalidade Facultativa* (categoria do NR):

Tabela 1 — Relação entre as variáveis proximidade e concordância

Posição	Contagem	Alvo		Total
		Evento	Participante	
Não-inclusivo	Nº	4	67	71
	% Comportamento	5,6%	94,4%	100%
	% Alvo	100%	41,1%	42,5%
	% Total	2,4%	40,1%	42,5%
Inclusivo	Nº	0	96	96
	% Comportamento	0,0%	100%	100%
	% Alvo	0,0%	58,9%	57,5%
	% Total	0,0%	57,5%	57,5%
Total	Nº	4	163	167
	% Comportamento	2,4%	97,6%	100%
	% Alvo	100%	100%	100%
	% Total	2,4%	97,6%	100%

Fonte: extraída do SPSS com base nas análises das autoras.

Podemos observar na Tabela 1 que, do total geral de 167 ocorrências, houve a subdivisão em dois resultados principais: o comportamento não-inclusivo, com 71 casos (42,5% do total geral), e o comportamento inclusivo, com 96 casos (57,5% do total geral).

Ao centrarmos no “alvo” da modalidade facultativa, observamos que, do total geral de 167 casos, 4 foram correspondentes à orientação-para-o-evento (2,4% do total geral), todos em posição não-inclusiva, e 163 foram

correspondentes à orientação-para-o-participante (97,6% do total geral). Acreditamos que uma das razões pelas quais encontramos estes resultados relacionados ao alvo da modalidade facultativa sejam em virtude de o falante discorrer sobre sua própria vida e sobre sua opinião relacionada a diversos assuntos, o que coaduna com a presença de 100% das ocorrências serem ilocução do tipo “declarativa”¹¹, em que “(...) o falante informa ao ouvinte do Conteúdo Proposicional evocado no Conteúdo Comunicado (...)” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 71).

Quanto aos subtipos de modalidade facultativa em língua portuguesa, torna-se relevante uma breve análise do relacionamento entre o tipo de posição do Falante mediante o valor facultativo instaurado e o subtipo de modalidade facultativa. De acordo com nossa análise, os quatro casos encontrados de modalidade facultativa orientada-para-o-evento (MFOE) correspondiam ao subtipo *condição circunstancial* e, conforme podemos verificar, todos diziam respeito à posição não-inclusiva. Já os 163 casos de modalidade facultativa orientada-para-o-participante (MFOP) correspondiam tanto ao subtipo *intrínseca* quanto ao subtipo *adquirida*, conforme podemos observar na Tabela 2, a seguir:

Tabela 2 — Cruzamento de dados entre Posição do Falante e Modalidade Facultativa orientada-para-o-participante

Posição	Contagem	MFOP			Total
		Não se aplica	Intrínseca	Adquirida	
Não-inclusivo	Nº	4	22	45	71
	% Comportamento	5,6%	31,0%	63,4%	100%
	% MFOP	100%	37,3%	43,3%	42,5%
	% Total	2,4%	13,2%	26,9%	42,5%
Inclusivo	Nº	0	37	59	96
	% Comportamento	0,0%	38,5%	61,5%	100%
	% MFOP	0,0%	62,7%	56,7%	57,5%
	% Total	0,0%	22,2%	35,3%	57,5%
Total	Nº	4	59	104	167
	% Comportamento	2,4%	35,3%	62,3%	100%
	% MFOP	100%	100%	100%	100%
	% Total	100%	35,3%	62,3%	100%

Fonte: extraída do SPSS com base nas análises das autoras.

¹¹ Cf. Lima (2018, p. 85-86), a ilocução do tipo declarativa foi o único tipo utilizado pelos falantes ao enunciar a modalidade facultativa. Isso não significa dizer que é impossível a manifestação da categoria com outros tipos de ilocução.

O panorama apresentado na Tabela 2 identifica que, do total de 163 ocorrências específicas de MFOP, ocorreu a distribuição geral tanto dos dois tipos de posição quanto dos subtipos de modalidade: dos 59 (35,3% do total geral) do subtipo *intrínseca*, 22 foram em posição não-inclusiva e 37 em posição inclusiva. Quanto ao subtipo *adquirida*, dos 104 casos (62,3% do total geral), 45 foram em posição não-inclusiva e 59 em posição inclusiva.

Ao considerarmos a hipótese de que há uma relação entre os níveis, utilizando o SPSS, fizemos o cruzamento entre a categoria do NI (“posição do falante”) e a do NR (“subtipo da modalidade”) e obtivemos o resultado de 0,019 por meio do teste *Qui-quadrado*¹². Portanto, há significância estatística entre ambas as categorias.

De acordo com o que os dados apontam até o momento, embora inicialmente aparente uma divisão dicotômica para a “posição do falante”, a análise dos casos de modo mais individualizado nos sugere nuances de escalaridade em relação a esta categoria, como analisado nas seções seguintes.

4.1 Inclusão explícita do falante no valor modal facultativo

A Tabela 1 nos mostra que a posição ou comportamento inclusivo é a mais frequente, representando 57,5% dos 167 casos. Ao analisarmos o cruzamento da “posição do falante no valor modal facultativo” com o “alvo” da avaliação modal, percebemos que o comportamento inclusivo está totalmente relacionado à MFOP justamente porque o foco está nas capacidades do falante, como “personagem” principal da sua narrativa. Ele constitui o centro egodêitico da construção discursiva. Em termos pragmáticos, há uma distinção de proeminência para identificabilidade desse referente, que designa um “Indivíduo” no NR.

Em relação ao NM, a posição do falante no valor modal instaurado ocorre codificada na posição de sujeito do modal, por meio de sintagmas nominais (nucleados por pronomes) que se referem à primeira pessoa. Em (3), a inclusão se apresenta de modo explícito, por meio de sintagmas que fazem referência direta ao falante:

- (3) **INF:** eu sei que na hora assim: eu tava/ eu eu estava com muita dor de cabeça (+) e eu fiquei assim ((rápido)) (incompreensível) a pessoa fica doido (+) aí eu eu tomei/ eu sei/ **eu sei que eu consegui tomá o o chicote dela** e a faca' a faca voô longe e eu saí correndo atrás dela' derrubei ela dentro do feijão' amassemo duas tarefa ô mais de feijão' ficô muito feijão dibulhado no chão (+) e aí **eu consegui batê muito nela** e ela saltô a cerca de arame e aí chegou dua/ vin:te e duas pessoa (+) aí me pegô' e eu fiquei

¹² “O teste de associação qui-quadrado é o teste estatístico mais antigo e um dos mais usados em pesquisa social. É um método que permite testar a significância da associação entre duas variáveis qualitativas (...)” (BARBETTA, 2002, p. 246).

mais calma' aí me levaram pra casa (+) aí ela foi embora' aí no dia mesmo de noite' eu saí de lá do sítio e fui pra casa dos meus pais, (MDSF2E1-F)¹³

Neste exemplo, a entrevistada descreve um momento em que a falante foi agredida por outra mulher com quem atuava em seu trabalho. Neste caso, ao enunciar em 1ª pessoa do singular, ela fala sobre si mesma, como “personagem” central da narrativa. Podemos observar a modalidade facultativa em dois momentos: (i) “eu sei que eu consegui tomá[r] o chicote dela” e (ii) “eu consegui batê[r] muito nela”. Segundo Lima (2018), por meio do verbo *conseguir* há uma espécie de representação de um objetivo a ser alcançado pelo agente.

A entrevistada/falante se mostra dotada de determinadas capacidades que até o momento do acontecimento não imaginava ter (“tomar o chicote” e “bater nela”), sem, necessariamente, ter passado por um aprendizado prévio. Estamos diante, portanto, de uma habilidade intrínseca, ou seja, habilidades inatas, inerentes ao participante (OLBERTZ, 1998), e não aprendidas por ele ao longo de sua vida.

Em (3), notamos a *inclusão explícita do falante no valor modal instaurado*. Isso ocorre em contextos cuja inserção do falante é observada pela citação direta de si mesmo por meio do pronome pessoal *eu* e/ou pela flexão verbal em primeira pessoa do singular, o que é codificado no NM.

Em (4), encontramos a *inclusão explícita do falante* na expressão da modalidade facultativa do subtipo *adquirida*:

- (4) **DOC:** Sendo você rica e poderosa, o que você faria para diminuir as diferenças sociais?
INF: bom nesse caso aí **eu poderia ajudá** a um e a outro né”
DOC: De que maneira você faria essa ajuda?
INF: **eu podia ajudá'** conforme as minhas condições né” podia:/ o que eu podia fazê era dá alguma coisa né::” se fosse precisão de alimentação **eu podia** dá um/ ajudá na alimentação' no vestuário né” no que **eu pudesse fazê**, (LMSF3E4-F)

Em (4), a entrevistada/falante relata uma situação hipotética em que, caso ela se tornasse uma pessoa rica, teria a capacidade de ajudar diversas pessoas. Semanticamente, observamos a modalidade facultativa orientada-para-o-participante, por enunciar que, dentro daquela realidade hipotética, poderia adquirir uma capacidade. Nesse caso, no NM, a inclusão no valor modal se faz com o uso, repetidamente, do pronome de primeira pessoa do singular “eu”.

Como vemos em (3) e (4), o falante utiliza o pronome de primeira pessoa do singular “eu”, de modo a se incluir diretamente no valor modal.

¹³ As ocorrências de modalidade facultativa estão identificadas do seguinte modo: SIGLA DO NOME; FAIXA ETÁRIA (F1, F2 e F3); ESCOLARIDADE (E1, E2 e E3); e SEXO (-F e -M).

Situação similar ocorre quando o falante inclui a si mesmo e outras pessoas, ao usar a primeira pessoa do plural “nós” ou “a gente”. Dessa vez, parece haver um compartilhamento das habilidades instauradas. Vejamos a ocorrência (5):

- (5) **DOC:** Como ela se chama
INF: é:: é conhecido como Sítio Lagoa do Mato' mais (+) é:: até pela:: pela necessidade de de alguma expansão' é do período que agente exercia a função de vereadô' que eu também já fui vereadô aqui em Brejo Santo' **nós conseguimos' aprová** um projeto é:: para viabilizá a ida do telefone até aquelas comunidades' certo' então' hoje é conhecido como Distrito Industrial Lagoa do Mato, (JNDF1E5-M)

O verbo *conseguir*, nesse caso, expressa habilidades/capacidades adquiridas. O falante relata um evento do período em que foi vereador e, a partir do momento em que ele assumiu esse cargo, adquiriu a habilidade de viabilizar projetos para a melhoria da população, como a ida do telefone para as comunidades às quais ele se refere. Entretanto, no ramo político, seu trabalho depende também de outros: o objetivo alcançado deveu-se não apenas a suas habilidades adquiridas, mas sim a união de um determinado grupo específico com um objetivo determinado. Neste contexto, percebemos a utilização do pronome pessoal *nós*.

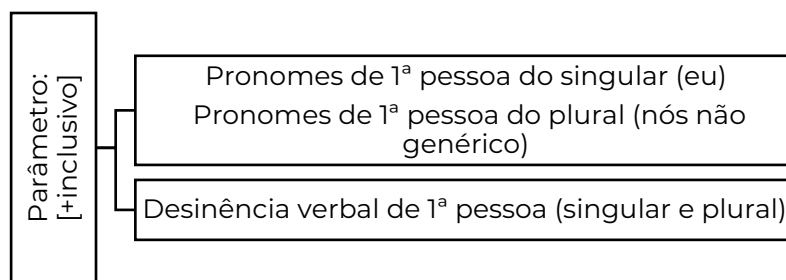
De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), pronomes pessoais como os de primeira pessoa são essencialmente similares aos nomes próprios: são mapeados mais no NI do que no NR, pois são considerados substitutos gramaticais para nomear a si mesmos, por exemplo. Os autores propõem um conjunto de combinações possíveis para os sistemas pronominais, considerando o envolvimento ou não do falante [$\pm F$] ou o ouvinte [$\pm O$], com suas representações para no NI e o NR, por exemplo:

- a) Primeira pessoa do singular: NI: (+id R1: [+F, -O] (R1)); NR: (1x1)
- b) Primeira pessoa do plural exclusiva (+id R1: [+F, -O]; NR: (R1)) (mx1)
- c) Primeira pessoa do plural inclusiva: (+id R1: [+F, +O]; NR: (R1)) (mx1)¹⁴

A identificabilidade ou não de um referente é aplicada no NI, tendo em vista a pressuposição do falante em relação ao ouvinte. Como vemos de a) a c), o falante se envolve [+F] e é [+id], mapeados no NM como “eu”, “nós” ou na morfologia verbal por meio das desinências número-pessoal. A partir dessa consideração e dos dados observados, podemos assim vislumbrar os principais **parâmetros para a inclusão explícita do falante no valor modal facultativo**, conforme estabelecidos na Figura 2:

¹⁴ Tradução nossa adaptada. Cf. Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 118). “m” é um operador de plural, “1” é o operador de singular e “x” indica indivíduo.

Figura 2 - Proposta para o parâmetro [+inclusivo]



Fonte: as autoras.

Entretanto, com o desdobramento de nossa análise percebemos que algumas ocorrências demonstravam peculiaridades: nem consistiam em total inclusão do falante, como os exemplos (3) a (5), nem eram casos de não-inclusão do falante. São casos intermédios, mas que possuem alguma relação, ainda que indireta, com a “posição de inclusão”, dos quais trataremos em seção posterior

4.2 Não-inclusão do falante no valor modal facultativo

A Tabela 1 nos mostra que a posição ou comportamento não-inclusivo ocorre em 71 casos, ou seja, em 42,5% do total geral. Destes, em 67 casos, a não-inclusão aparece relacionada à MFOP, enquanto, em apenas 4 casos, ela está relacionada à MFOE. Isso se deve a que também aparecem outros “personagens” em sua narrativa.

No NM, a posição não-inclusiva aparece codificada por meio de expressões e termos que indicam a total exclusão do falante no enunciado facultativamente modalizado, como na utilização da 3ª pessoa, em que há claramente a verificação de outro participante no discurso, ou também em artifícios linguísticos para indicar o apagamento do participante, como, por exemplo, o uso de construções impessoais com o pronome *se*, como em (6):

- (6) a nível nacional' é constituída em sua MAIORIA (+) por famílias (+) de baixa renda' e:: (+) num país' uma nação' que pretende tê um desenvolvimento sustentável' uma nação que pretende (+) atingí um desenvolvimento' **capaz de** atendê as necessidades da sociedade que a compõe' (+) formada por famílias carentes' por famílias de baixa renda' não se (+) não **se poderia' imaginá** pô hipótese alguma' que **se consiga atingí** um nível de formação' um nível de graduação melhor' um nível de desenvolvimento' se num houvesse um investimento' (+) na educação pública, (JNSF3E5-M)

Em (6), a modalidade facultativa não se manifesta associada a um participante específico, mas a circunstâncias indeterminadas, em que, hipoteticamente, haveria uma série de ações necessárias para que o evento

descrito neste contexto pudesse ocorrer. O falante não se inclui no valor modal por diversas vezes, o que é reforçado, afinal ele enuncia sobre “uma nação que (...) [seja] capaz de atende[r] as necessidades da sociedade”. No NM, sua não-inclusão é reforçada com a utilização do pronome *se*, em que não há claramente a presença de um agente para as ações de “imaginar” e “atingir”, ambas agindo como uma construção impessoal e, neste caso, com a função de “apagar” o agente. Nestes casos temos, portanto, a modalidade facultativa orientada-para-o-evento, subtipo “condição circunstancial”.

Neste exemplo, não há como saber ao certo a quem a partícula *se* está mencionando, deixando indiretamente a presença de que as pessoas, “as famílias” desta nação poderiam pensar e atingir um nível maior de consciência, mas mesmo esta interpretação pode ser posta em xeque, considerando a presença da partícula reflexiva *se* anteposta aos verbos *pensar* e *atingir*. Nossa posição, portanto, é a de que (6) é um caso de MFOE, em que há a indeterminação do sujeito, pois, neste caso, os verbos não estão na voz passiva.

Embora construções impessoais e passivas sejam distintas, são “regidas pelas mesmas restrições semânticas em relação ao tipo de predicado subjacente envolvido” (CAMACHO, 2000, p. 218). Ou seja, em ambas são aplicadas as mesmas condições semânticas (CAMACHO, 2000, p. 221). Do ponto de vista modal, ambas construções funcionam como recurso linguístico para apagar o participante da ação modal e focar no evento linguístico.

A posição não-inclusiva aparece relacionada também à MFOP, quando o falante atribui a outro participante as capacidades ou habilidades para a execução do evento. No NM, há explicitamente a presença de uma terceira pessoa citada diretamente, como em (7):

- (7) Aí quando ela chegou' e disse' tá tudo pronto" tá tudo pronto' ornamentamo tudo' prato/ Ave maria' tudo belíssimo' tudo gostoso' quan::do eu (+) percebi' dei por conta' cadê o arroz (+) foi o fato pra mim ingraçado e ao mesmo tempo trágico/ (+) eu achei que:: eu ia ficá mal vista' né" porque numa situação dessa' mas aí a situação foi contornada' **ela (+) conseguiu (+) mandá (+) fazê** e tinha muita comida (+) e eu achei um fato ingraçado na minha profissão' né" porque eu tava iniciando e foi::/ assim/ uma inexperiência' só que pra mim'(SMCAF3E5-F)

Em (7), vemos que o sintagma nucleado pelo pronome de terceira pessoa (“ela”) indica a quem diz respeito o valor modal. O falante explica que a amiga “consegui manda[r] fazê[r]” uma quantidade maior de comida. Essa capacidade é vista como intrínseca, pois, conforme a crença da falante, sua amiga demonstrou ter uma habilidade natural para resolver problemas deste tipo, que a falante até então não saberia como resolver, dada a sua

própria inexperiência (“uma ‘inexperiência’ só que pra mim”). Em outras palavras, o que era uma capacidade inerente para a amiga, seria uma habilidade ainda não adquirida pela falante.

Conforme Hengeveld e Mackenzie (2008), usos dêiticos de terceira pessoa, como em (7), podem ser caracterizados como (+id R_i: [-S, -A] (R_i)). Em outros termos, o que desencadeia a forma pronominal no Nível Morfossintático é a presença de um Subato Referencial, cuja contraparte é coindexada no Nível Representacional à descrição anterior de uma entidade (p. 119-120). Vemos claramente que o falante não se envolve [-S] no valor modal.

Além dessas expressões linguísticas que mapeiam a inclusão ou não do falante no valor modal no NM, notamos que um pronome como *você* apresenta certas nuances, pois, dependendo do contexto, o pronome pode corresponder: (i) ao ouvinte, levando à interpretação de não-inclusão do falante (podendo este “você” ser o participante da avaliação modal); (ii) a um indivíduo genérico, apresentando uma situação hipoteticamente possível, entretanto, não obrigatoriamente verificada pelo falante (o falante pode estar implicitamente incluso neste “você”, mantendo, portanto, uma relação de inclusão indireta).

Como vimos até o momento, faz-se necessária a distinção entre os parâmetros de total inclusão e de total exclusão do falante para que, a partir da definição de suas fronteiras, possamos compreender que, entre esses extremos da posição do falante, pode haver estágios intermédios, nos quais a (não) inclusão se dá indiretamente, como observaremos na seção seguinte.

4.3 (Não) inclusão do falante no valor modal facultativo: casos intermédios

Entre a inclusão explícita do falante, parâmetro [+inclusivo], correspondente à primeira pessoa (“eu”, “nós”¹⁵), e a não-inclusão (exclusão) do falante, parâmetro [-inclusivo], percebemos uma espécie de *continuum*. A visão inicialmente dicotômica começa a desvanecer e a decisão por uma ou outra posição fica mais problemática.

De acordo com Lima (2018, p. 90), podemos encontrar indícios de inclusão do falante não somente em verbos cuja desinência se refere à 1ª pessoa do singular e do plural e em pronomes, mas também em sintagmas,

¹⁵ O pronome *nós* seria considerado “inclusão explícita”, por exemplo, nos contextos em que ele fosse de plural majestático, como do excerto:

DOC: Você acha que esse ano o inverno vai ser bom?

INF: espero que sejá’ porque: se não for bom’ aí a situação fica um pouco crítica’né” porque: **nós podemos dizê que** aqui é (+) é nosso ganha pão aqui essa te:rra (ERSFIE1-M).

como “a gente”, que se relacionam a uma coletividade e que podem também indicar a inclusão do falante, dependendo do contexto em que seja utilizado:

- (8) DOC: Quando o senhor trabalhava em pedreira era só por aqui mesmo?
 INF: olha' era não' é:: realmente eu viajava' ao longodo tempo porque aqui sempre as predêra e:: uma condição mei difiço' é mais difiço da pessoa consigo algum diêro' intão eu viajava pra alguma CIDADE' (+) e:ra:: purai pur fora sempre agente ganhava mais algum diêro' porque: quando **a gente** tava de retorno pra casa sempre trazia mais algum diêro pra **pudê ajudáa'a** família **da gente** (IGAF2E1-M)

Em (8), o falante explica os motivos pelos quais viajou. Neste contexto, ele não fala apenas sobre si, mas também sobre outras pessoas submetidas a condições de vida semelhantes à que ele vivera. Em (8), a inclusão indireta é verificada por meio do termo *a gente*. O coletivo, neste caso, é utilizado pelo falante como uma estratégia para que ele possa se incluir indiretamente no conjunto de pessoas que trabalham longe de casa em busca de melhores condições de vida para suas famílias. No NR, o Indivíduo pode ser categorizado como “conjunto”, “massa” ou “coletivo”. Mas esse tipo de distinção não é universal. No caso de “a gente”, esse indivíduo parece ter esse matiz de coletividade ($^c x_1$).

Em (9), o entrevistado/falante utiliza a primeira pessoa do plural (*nós conseguiremos, poderemos conseguir*), o que nos mostra um caso de MFOP:

- (9) vamos pensá' mais pensá positivo né” e assim **nós conseguiremos' poderemos consegui chegar** até o final do nosso sonho né” e: (+) que todos né” permaneçam firme naquilo que pensam' naquilo que fazem' né” (MSFF1E3-F)

Como vemos, o falante inclui a si mesmo e a outros no valor modal instaurado. Não se trata de um *nós não genérico* de fato, o que poderia conduzir a uma leitura de modalidade facultativa orientada-para-o-participante. Neste caso há a presença da primeira pessoa do plural de forma mais generalizada, pois a realização do sonho seria uma consequência do pensamento positivo que qualquer pessoa poderia ter. Este excerto difere um pouco do exemplo (5), em que o falante descreve como ele próprio adquiriu com a ajuda de outros vereadores a capacidade de proporcionar linhas telefônicas aos moradores de áreas rurais. Ou seja, em (9), a marcação morfossintática da primeira pessoa do plural mostra indícios de inclusão do falante em seu enunciado facultativamente modalizado, mas sua inclusão se mostra menos explícita quanto no excerto (5).

Outra particularidade verificada é a de que existem casos em que a inclusão é marcadamente semântica, tendo em vista o tipo de entidade codificada morfossintaticamente (“qualquer pessoa”/“ninguém”) sobre os quais o valor modal é inserido. Vejamos (10):

- (10) **DOC:** O senhor acha que... qualquer pessoa pode ser jardineiro?
INF: **qualqué pessoa** (+) **pode sê** jardineiro'contanto que tenha o bom gosto de:/.../
 [[
DOC: Tem que
 gostar de planta, né?
 [[
 (JRGF3E1-M)

Em (10), o uso do sintagma nominal “qualquer pessoa” como o sujeito de “pode ser”, coloca indiretamente o falante como um possível membro do conjunto/classe “pessoa”. Dessa forma, quando o falante se inclui no valor modal, ele poderia adquirir as habilidades necessárias para saber como lidar com as plantas. Em casos como este, consideramos que temos uma MFOP, subtipo *adquirida*. Dada a natureza genérica do termo utilizado, o falante acaba se incluindo indiretamente por meio de recursos semânticos, como, por exemplo, a utilização de pronomes indefinidos ou de sintagmas, como “todo mundo”, “pessoa”, entre outros que, à primeira vista, fariam com que ele não se incluísse em seu enunciado. Entretanto, indiretamente, há a sua inclusão em um determinado grupo, como, por exemplo, em (10), no grupo de “qualqué[r] pessoa [...] que tenha o bom gosto” por plantas, ou seja, não seria necessariamente qualquer pessoa, afinal seria preciso desenvolver esta habilidade.

Em (11), o pronome indefinido *ninguém* abarca semanticamente a todos, inclusive ao falante:

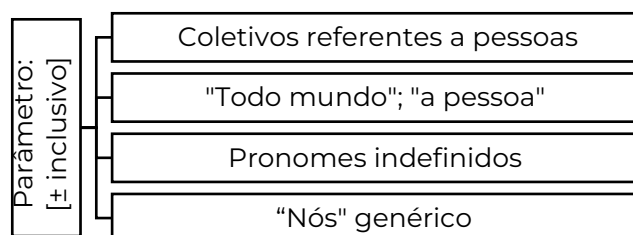
- (11) pelejo e num me acostumo com isso e e nós já procuramos/ só nunca fomos pra centros grandes assim que financêramente que **ninguém tem condições** mas e é porque os médicos sempre dizem que eu trate ela normal como toda pessoa/ também ela é normal' (EMNF3E3-F)

Ao estender o campo semântico sobre quem recai o valor modal, o falante inclui-se indiretamente no conjunto de pessoas que não teriam condições, o que nos leva a dizer que ainda temos uma MFOP, pois, segundo Lima (2018, p. 88), embora os dicionários considerem este pronome indefinido como “nenhuma pessoa”, o falante acabaria também se incluindo semanticamente em um conjunto específico de indivíduos, ou seja, aquelas pessoas que não teriam condições financeiras de procurar um médico em outras cidades.

Da mesma forma que há a inclusão implícita por meio de um pertencimento a um conjunto, pode haver também uma exclusão do falante acerca do que está sendo enunciado. O uso de *ninguém*, por exemplo, pode também fazer parte deste contexto, pois sua caracterização semântica de negação de pessoa permite ao falante sua inclusão no conjunto de pessoas que não teriam determinada capacidade/habilidade descrita em sua fala, como no exemplo (11), em que a entrevistada, ao enunciar que “ninguém ter condições”, acaba por incluir-se implicitamente no conjunto de pessoas que não possuem condições financeiras para obter um atendimento médico de qualidade

Após a observação desses aspectos, podemos propor outra posição do falante mediante o valor facultativo instaurado, tendo agora a presença do parâmetro [\pm inclusivo]. Considerado intermediário entre os parâmetros [+ inclusivo] e [-inclusivo], este novo parâmetro traria em si marcas referentes a pronomes indefinidos e coletivos genéricos referentes a pessoas, conforme as informações apresentadas na Figura 3:

Figura 3 - Proposta para o parâmetro [\pm inclusivo]



Fonte: as autoras.

Após a especificação de cada um dos parâmetros de inclusão do falante encontrados nesta pesquisa, condensamos as informações apresentadas até o momento no Quadro 1:

Quadro 1 — Parâmetros morfossintáticos da posição do falante em relação ao valor facultativo instaurado no *corpus* PROFALA

Parâmetros da posição do falante		
[+inclusivo]	[±inclusivo]	[não-inclusivo]
<ul style="list-style-type: none"> • Pronomes pessoais utilizados na 1ª pessoa (“eu”; “nós” não genérico, “a gente”); • Verbos conjugados na 1ª pessoa; • Inclusão morfológica e semântica do falante no conjunto. 	<ul style="list-style-type: none"> • Pronomes indefinidos (“ninguém”, “alguém”); • Coletivos e termos que se referem a pessoas em geral, (“o povo”, “as pessoas”, “todo mundo”); • Inclusão semântica. 	<ul style="list-style-type: none"> • Pronomes pessoais utilizados nas 2ª e 3ª pessoas do singular e do plural, quando explicitados diretamente; • Construções impessoais e orações sem sujeito; • Pronomes reflexivos; • Exclusão marcada semântica e morfológicamente.

Fonte: as autoras.

A escala iniciaria com a inclusão explícita do falante, parâmetro [+inclusivo], correspondente à primeira pessoa (“eu”, “nós”), passando por parâmetro [±inclusivo], até chegar à exclusão do falante, parâmetro [-inclusivo], correspondendo a usos de “se” por exemplo, no NM, o que está ligado diretamente ao tipo de “alvo” da modalidade facultativa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou aspectos da modalidade facultativa no português, tendo como principal substrato teórico os pressupostos da GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). O foco de ações recaiu sobre o Nível Interpessoal, em que buscamos a análise da posição do falante no discurso facultativamente modalizado e como a escolha realizada por um ou outro parâmetro repercute nos níveis Representacional e Morfossintático para expressão da modalidade facultativa no português.

A análise de uma amostra do *corpus* PROFALA resultou em 167 ocorrências de modalidade facultativa. Após o cruzamento de dados, constatamos que há relevância estatística entre as categorias “posição do falante” e “alvo da modalidade facultativa”, levando-nos a detalhar suas principais formas de ocorrência.

O primeiro parâmetro analisado, [+ inclusivo], foi identificado por meio da inclusão explícita do falante mediante o valor facultativo instaurado,

como ao enunciar a primeira pessoa explicitamente ou por meio do uso de desinências verbais. A não-inclusão, cujo parâmetro é o [-inclusivo], ocorreu por meio da exclusão total do falante no discurso modal facultativo, quando há a enunciação da 2ª ou da 3ª pessoa e a manifestação da MFOE, cujo foco estaria nas condições circunstanciais do evento.

Entre estes dois parâmetros, propusemos outro, intermediário a estes, em que haveria uma inclusão indireta do falante por meio de recursos como a utilização de termos como “qualquer pessoa” e “ninguém”, por exemplo. Nestes casos, portanto, temos o parâmetro [\pm inclusivo]. Realizamos, por fim, o mapeamento dos posicionamentos do falante relacionando-o aos meios de expressão dessa posição no NM.

REFERÊNCIAS

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

CAMACHO, Roberto Gomes. Construções passiva e impessoal: distinções funcionais. **Alfa**: Revista de Linguística, São Paulo, v. 44, 2000 [2001]. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4206>. Acesso em: 30 mar. 2023.

CARVALHO, Hebe Macedo de. **A alternância indicativo/subjuntivo nas orações substantivas em função dos tempos verbais presente e imperfeito na língua falada do Cariri**. 2007. 159f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2007.

HENGEVELD, Kees; MACKENZIE, J. Lachlan. **Functional Discourse Grammar**: a typologically-based theory of language structure. New York: Oxford, 2008.

LANCHARES, Silvia Serret. **La modalización del adjetivo capaz en español: aspectos sintacticos y variación..** 2021. 325f, Tese (Doutorado em Ciência Cognitiva e Linguagem) - Programa de Doutorado em Ciência Cognitiva e Linguagem, Universidade Autônoma de Barcelona, Barcelona, 2021.

LIMA, Liliane Viana. **A modalidade facultativa no português falado no Ceará**: uma análise baseada na Gramática Discursivo-Funcional. 2018. 178f, Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

LIMA, Liliane Viana; PRATA, Nadja Paulino Pessoa. A modalidade facultativa no português falado no Cariri: uma abordagem discursivo-funcional. **Revista de Letras**, Fortaleza, v. 2, n. 38, p. 69-79, 2 dez. 2019 [2020].

OLBERTZ, Hella. **Verbal Periphrasis in a Functional Grammar of Spanish**. Berlin: Mouton de Gruyter, 1998.

OLIVEIRA, André Silva. A modalidade facultativa em artigos de opinião: construção discursiva e argumentativa. **Revista X**. Paraná, n. 7, v. 15, p. 208-213, 2020.

PALMER, F.R. **Mood and Modality**. Reino Unido: Cambridge University Press, 2001.

SOARES, Maria Elias (Org.) **O português falado no Ceará: corpus do projeto**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará – UFC. Disponível em: www.profala.ufc.br. Acesso: 30 nov. 2022.

SOUZA, Cibele Naidhig de. A construção modal facultativa [ter_como]. **Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978)**, [S. l.], São Paulo, v. 48, n. 3, p. 1601-1619, 2019.

TEIXEIRA, Pedro Miguel. Sobre o Significado da Significância Estatística. **Revista Científica da Ordem dos Médicos**. Lisboa, v. 189, n. 5, p. 238-240, mai. 2018.

ZIELÍŃSKI, Andrzej; ELORZA, Rosa María Espinosa. **La modalidad dinámica en la historia del Español**. Berlin: Peter Lang GMBH, 2018.

LIMA, LILIANE VIANA; PRATA, NADJA
PAULINO PESSOA. A POSIÇÃO DO FALANTE
EM RELAÇÃO AO VALOR FACULTATIVO
INSTAURADO NO PORTUGUÊS.
ENTREPALAVRAS, FORTALEZA, V. 13, N. 1,
E2595, P. 346-368, JAN.-ABR./2023. DOI:
10.22168/2237-6321-12595